



MARINHA DO BRASIL

COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL

HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/ MARINHA DO BRASIL/ COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL/ HOSPITAL NAVAL DE RECIFE.

CONTRATADO: Profissionais de Saúde Autônomos – PSA.

OBJETO: Prestação de serviços odontológicos.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA:

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº:

CONTRATO Nº:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do HOSPITAL NAVAL DE RECIFE (HNRe), órgão do Ministério da Defesa, com sede na Av. Cruz Cabugá, nº 1.200, CEP 50.040-000, inscrito no CNPJ sob o nº 00.394.502/0066-90, representado neste ato pelo (a) seu (sua) Ordenador (a) de Despesa, o (a) Capitão de Mar e Guerra, médico (a), _____, designado (a) para a função pela Portaria nº _____, publicada no DOU de _____, portador (a) da matrícula funcional nº _____, residente e domiciliado (a) nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Organização Civil de Saúde (OCS) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à Rua _____, Bairro _____, neste ato representada pelo Sr. Diretor Administrativo, representante (s) legal (is) da Credenciada, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado (a) CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado, nos termos da legislação infraconstitucional constante do Edital de Credenciamento, que integram o presente Termo de Contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1.1. A finalidade deste contrato é garantir aos beneficiários do Fundo de Saúde da Marinha (FUSMA), nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de

profissional de saúde autônomo, a prestação de serviços odontológicos na especialidade de _____, devidamente reconhecida por parte do Conselho Federal de Odontologia.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento do Hospital Naval de Recife (HNRe), de _____ de _____ de 20____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal.

3.1. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4.1. As condições gerais de execução dos serviços constam da Seção 7 “DO REGIME DE EXECUÇÃO”, do edital de credenciamento, e do item 5 “MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO”, do Termo de Referência, anexo A do edital, observadas as regras especiais abaixo registradas.

4.2. Para atendimentos, a apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO será de responsabilidade do beneficiário, o qual deve apresentar Guia de Encaminhamento/ Guia de Apresentação do Usuário (GAU) constando os procedimentos devidamente autorizados.

4.3. O encaminhamento de paciente para assistência odontológica ambulatorial ao CONTRATADO é realizado mediante avaliação/perícia inicial do Cirurgião-Dentista da CONTRATANTE, o qual estabelecerá o plano de tratamento a ser realizado.

4.3.1. Quando houver a necessidade de alterações ou inclusões de procedimentos no plano de tratamento odontológico inicialmente estabelecido, o CONTRATADO deverá enviar, através do paciente, o relatório descritivo, anexando exames e informando a relação dos materiais que pretende usar, que justifique tal modificação, junto com a GAU inicial. Após avaliação pela CONTRATANTE e havendo concordância com a solicitação, nova GAU será emitida, contendo as alterações propostas no plano de tratamento.

4.3.2. No caso previsto no subitem 4.3.1, O CONTRATADO deverá elaborar e entregar ao beneficiário o novo Plano de Tratamento, com assinalação, no odontograma, dos contornos das lesões encontradas, assim como a especificação do tratamento e o material a ser empregado.

4.3.3. No caso de ortodontia e ortopedia funcional dos maxilares, o CONTRATANTE encaminhará o paciente, por meio de GAU, para consulta inicial com o contratado juntamente com a documentação ortodôntica para que seja estabelecido o plano de tratamento, no qual deve constar as seguintes informações: características da maloclusão, objetivo do tratamento, aparatologia indicada, prognósticos, prazo estimado para execução e conclusão do tratamento. O paciente deve retornar à Divisão de Odontologia da CONTRATANTE portando a documentação ortodôntica completa e o referido plano de tratamento para análise do Ortodontista da CONTRATANTE. Após autorização, será emitida GAU para dar início ao tratamento no CONTRATADO.

4.4. Todo e qualquer tratamento somente poderá ser iniciado por parte do CONTRATADO, após o recebimento, através do beneficiário, da GAU devidamente assinada.

4.4.1. Nenhum tratamento complementar ao plano autorizado, independentemente de seu valor, poderá ser iniciado sem uma nova autorização do CONTRATANTE.

4.4.2. As despesas decorrentes de tratamento complementar iniciado sem nova GAU não serão cobertas e serão de responsabilidade do beneficiário.

4.5. Ao término do tratamento o CONTRATADO deverá emitir a fatura relativa à prestação do serviço, total ou parcial, coerente com o plano de tratamento estabelecido e demais documentos comprobatórios para possibilitar a perícia final e análise pelo Serviço de Auditoria de Contas Médico-Hospitalares da CONTRATANTE.

4.5.1. A perícia técnica final dos procedimentos realizados por CONTRATADOS será realizada por Cirurgião-Dentista da CONTRATANTE, o qual atestará a realização dos serviços.

4.5.2. Para possibilitar a perícia final, devem ser encaminhados junto à GAU documentos comprobatórios como radiografias anterior e posterior ao tratamento, no caso por exemplo de tratamentos endodônticos, exodônticos e de próteses fixas, assim como fotografias no caso de outras lesões diagnosticadas clinicamente ou quando couber. Os custos com radiografias e fotografias mencionadas já se encontram inclusos no custo do procedimento.

4.5.3. Em casos específicos, poderá ser necessária submissão do paciente à perícia. Nesse sentido, o profissional da Divisão de Odontologia da CONTRATANTE, no momento da entrega da GAU, assim como o CONTRATADO deverão alertar o beneficiário quanto necessidade de sua submissão à perícia por profissional da CONTRATANTE, quando couber, sob pena de pagamento integral dos custos do tratamento.

4.6. Os serviços, objeto do presente contrato, serão prestados pessoalmente por parte do profissional ora CONTRATADO.

4.7. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de pelo menos um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação odontológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

4.8. Os tratamentos não cobertos pelo FUSMA/ SSM (Sistema de Saúde da Marinha) não se incluem na presente contratação.

4.8.1. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

4.9. Os Cirurgiões-Dentistas só poderão executar trabalhos referentes àquelas especialidades para as quais foram especificamente credenciados.

4.10. No caso de interrupção do tratamento, por justo motivo, deverá o beneficiário informar o fato à CONTRATANTE encaminhadora, para que os serviços prestados sejam pagos.

4.11. O abandono do tratamento, sem justificativa, quer do beneficiário, quer do CONTRATADO, implicará nas seguintes providências:

4.11.1. Se o abandono ocorrer por iniciativa do beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

4.11.2. Se o abandono ocorrer por iniciativa do CONTRATADO, implicará no término da autorização para o procedimento e somente serão pagos os serviços concluídos.

4.11.2.1. Tal comportamento será comunicado ao Conselho Regional de Odontologia, no que se referir à ética profissional, e provocará a instauração de processo administrativo para averiguação da irregularidade.

4.11.3. Será considerado abandono de tratamento a hipótese em que o beneficiário

deixar de comparecer ao consultório, sem justificativa, no prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos ou a falta a 3 (três) consultas/terapias programadas consecutivas.

4.12. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado por meio de portaria do Ordenador de Despesas do HNRe. O CONTRATADO manterá um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

4.13. O Serviço de Auditoria do HNRe possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

5.1. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO” constante do edital de credenciamento.

5.2. Os serviços serão remunerados com base nos valores constantes no Referencial de Preços de Serviços de Saúde do HNRe, anexo B do edital de credenciamento.

5.3. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas, quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do HNRe, acompanhado da Guia de Encaminhamento/Guia de Apresentação do Usuário (GAU), com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável que comprove a prestação do serviço.

5.4. Procedimentos não especificados na (s) Guia (s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

5.5. Os valores vigentes na data de atendimento ou prestação do serviço serão os considerados para a quitação das faturas.

5.6. Após a prestação de serviços, o CONTRATADO deverá apresentar a fatura referente ao mês correspondente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao atendimento, no Serviço de Secretaria e Comunicações (SECOM) da CONTRATANTE, no horário das 8h às 12h, de segunda a sexta-feira.

5.6.1. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução.

5.7. A CONTRATANTE realizará a aferição das faturas por meio do Serviço de Auditoria de Contas Médico-Hospitalares (SACMH), conforme disposto no Edital e no Termo de Referência, anexo A do edital.

5.8. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

5.9. O detalhamento sobre procedimentos relacionados a auditoria de contas, glosas, recursos e faturamento encontram-se estabelecidos no item 7 “CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO”, do anexo A do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA - Da atualização dos preços.

6.1. O critério de atualização dos preços contratados consta do Item 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

7.1. O prazo de vigência inicial da contratação é de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato, admitida sua prorrogação por interesse das partes, respeitando-se o prazo máximo de 10 (dez) anos, na forma dos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

8.1. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

8.1.1. Para OCS: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339039, Plano Interno B.4220100.

8.1.2. Para PSA: Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão /Unidade 00001/83702, Fonte de Recursos 100000000 - 1005000144, Programa de Trabalho Resumido 216838 - 216820, Natureza da Despesa 339036 - 339147, Plano Interno B.4220100.

9. CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

10.1. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 – “DAS SANÇÕES” - do Edital de credenciamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

12.1. As obrigações constam da Seção 10 – “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” - do Edital de credenciamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

13.1. As obrigações constam da Seção 11 – “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” - do edital de credenciamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Da negação de remuneração a militares.

14.1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário

atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Do valor do contrato.

15.1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos 12 (doze) meses pelo HNRe, nos contratos anteriores.

15.1.1. O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

15.1.2. O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período, em consonância com o regime de empreitada por preço unitário.

15.1.3. O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além do limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direito quanto ao valor estimado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Obrigações pertinentes à LGPD.

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da

LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do foro.

17.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o de Recife-PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2 E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por 2 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Recife, PE, de de 20.

Pelo CONTRATANTE:

Ordenador (a) de Despesas do Hospital Naval de Recife

Pelo CONTRATADO:

Representante legal

TESTEMUNHAS: